

## COVID-19 e a proteção social no Sul da Ásia: Bangladesh<sup>1</sup>

Fabianna Bacil e Gabriel Soyer, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

**A COVID-19 apresenta um desafio inédito** aos sistemas de proteção social de todos os países. Os trabalhadores informais estão especialmente em risco, uma vez que, muitas vezes, representam o “meio oculto” (*missing middle*, em inglês), os não contemplados nem por assistência social nem pela seguridade social. Em um trabalho recente, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo e o Escritório Regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância para o Sul da Ásia (IPC-IG; UNICEF ROSA, 2020) analisaram as consequências econômicas da crise e as políticas que foram elaboradas em resposta em oito países do Sul da Ásia e defendem a inclusão do “meio oculto” na proteção social. Este *One Pager* resume as conclusões desse estudo para Bangladesh.

O número de casos confirmados em Bangladesh é um dos maiores no Sul da Ásia, com aumento significativo na segunda metade de junho. As características do sistema de saúde apresentam um desafio, haja vista que o país possui uma proporção de 8 leitos hospitalares por 10.000 pessoas e a menor disponibilidade de leitos de tratamento intensivo na região (0,7 por 100.000 pessoas).

Em decorrência da crise, o Banco Mundial estima que o produto interno bruto (PIB) de Bangladesh irá crescer apenas 1,6 por cento durante o ano fiscal 2019-2020, em razão dos choques de oferta e da demanda causados pelas medidas de contenção. Esses impactos econômicos negativos devem-se em especial à redução das transferências internacionais, o que ocorre em razão da queda de trabalhadores emigrantes e da redução das exportações de vestimentas acabadas, que são responsáveis por, aproximadamente, 80 por cento das exportações de Bangladesh para os mercados internacionais.

Essas dificuldades econômicas levarão a um aumento no número de pessoas vivendo em situação de pobreza. De acordo com uma projeção do Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares, a pobreza extrema irá aumentar de 20 milhões para 28 milhões de pessoas em decorrência da COVID-19. Além disso, estima-se que 64,4 milhões de cidadãos de Bangladesh trabalhem no setor informal, o que representa quase 95 por cento de todo emprego no país. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que quase todos (63,5 milhões de trabalhadores) foram afetados, significativamente, pela crise e estão sob risco significativo de sofrer perdas em relação aos seus meios de subsistência.

Para protegê-los, bem como a economia durante o período de medidas restritivas (*lockdown*), o governo adotou uma série de políticas monetárias e fiscais.

Principalmente, o Banco de Bangladesh adotou medidas para aliviar a carga econômica, facilitar o crédito e aumentar a liquidez. O governo também implementou programas para proteger empregos, como um empréstimo temporário sem juros para pagar os salários e os benefícios dos empregados em empresas que exportam pelo menos 80 por cento de sua produção. O Banco de Bangladesh também implementou um esquema de financiamento de BDT 30 milhões para grupos de baixa renda, agricultores e micro e pequenas empresas, por meio de entidades de microcrédito para atividades voltadas à renda.

Bangladesh também expandiu o sistema de assistência social para fornecer cobertura adicional a grupos vulneráveis. Em decorrência disso, a cobertura de transferências de renda aumentou de 15 milhões para 39,8 milhões de pessoas. Além disso, o governo tem fornecido assistência alimentar por diferentes canais, incluindo o Programa de Vendas Especiais de Mercado Aberto, que oferece arroz a um preço de BDT 10/kg para pessoas desempregadas e em situação de vulnerabilidade (até o máximo de 20 kg por mês) durante



o lockdown, e o Programa da Alimentação Amiga (*Food Friendly Programme* — FFP), que foi ampliado para fornecer apoio adicional durante esse período. O FFP consiste na venda de 30kg de arroz a BDT 10 por kg mensalmente para cada família e é oferecido a 5 milhões de famílias.

Apesar dos esforços no sentido de melhorar a cobertura durante a pandemia, a crise também evidenciou as limitações do sistema de proteção social de Bangladesh. O país deve se movimentar no sentido de tanto expandir os programas existentes, tais como os esquemas de benefícios maternos e às crianças, esquemas de pensão social e o programa de geração de emprego, quanto na implementação de novas iniciativas para poder fornecer um nível mínimo de proteção para todos os cidadãos. Em especial, os programas de seguridade social são muito limitados atualmente, o que atrapalha a construção de um sistema abrangente que pode mitigar de maneira eficiente a vulnerabilidade da população e alcançar o “meio oculto”. Tais medidas não apenas ajudariam o país a superar os efeitos de longo prazo da crise do COVID-19, mas também poderiam mitigar os impactos potenciais de choques futuros nos meios de subsistência das pessoas.

**Referência:**

CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO (IPC-IG); UNICEF REGIONAL OFFICE FOR SOUTH ASIA (UNICEF ROSA). Socio-economic impacts of COVID-19, policy responses and the missing middle in South Asia. *Relatório de Pesquisa*. Brasília: IPC-IG, 2020.

**Nota:**

1. Os autores reconhecem, agradecidamente, o apoio e os comentários recebidos de Mekonnen Woldegorgis (Escritório da UNICEF para Bangladesh). As referências para os dados citados neste *One Pager* podem ser encontradas no relatório completo (IPC-IG; UNICEF ROSA, 2020).